



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 04/2021

----- Aos vinte seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, não presencial, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Vera Alexandra da Costa Simões e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Pelas dez horas e sete minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 25/2020, referente à reunião ordinária de vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 25/2020, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e sete euros e um cêntimo. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Carta do Coordenador da Task Force dirigida aos Exmo(a)s Senhores(as) Autarcas. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que o estado de emergência tinha sido renovado por mais quinze dias e terá de se continuar a ter todos as cautelas. Disse que Rio Maior estava a descer no número de casos de contágio, mas continua a ser um concelho com um número muito elevado, por isso será necessário continuar na rota descendente e tudo deverá ser feito para que se possa almejar o número mínimo de casos de contágios, apelando mais uma vez para todos continuem a ter comportamentos preventivos. -----

----- Continuou deixando um alerta sobre os maus cheiros que se fazem sentir na localidade do Cidral, dizendo que a população está indignada na medida em que este cheiro nauseabundo prejudica a qualidade de vida das pessoas. -----

----- Referiu-se à derrocada da parede do Pavilhão da Freiria, onde funcionavam as instalações do Rio Spin - Academia de Ténis de Mesa de Rio Maior, dizendo que aquela infraestrutura estava sobre a tutela de Autarquia que já tinha conhecimento que a referida infraestrutura não reunia condições de utilização, e por esse facto, já tinha sido interdita, questionando o Executivo sobre o que pretendia fazer e também qual o motivo de não ter havido uma intervenção antes desta derrocada. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se à Pandemia que é uma preocupação de todos, sendo Rio Maior o único Concelho de Distrito de Santarém e um dos quinze concelhos a nível nacional que ainda mantém um risco muito elevado, não devendo lateralizar e desvalorizar porque, alguma coisa não está a correr bem, se, eventualmente, isso acontece por culpa das pessoas ou das entidades. Dizendo que se deveria refletir sobre esta questão, atuar e agir do ponto de vista da informação e da sensibilização, e não do ponto de vista punitivo de intervenção. Disse ainda que estava solidário com a Câmara Municipal e com todas as equipas que estão no terreno a procurar tomar medidas para controlar o número de casos Covid-19 no concelho de Rio Maior. -----

----- Continuou falando do tema património, dizendo que o Presidente da Câmara tinha feito uma publicação sobre a recuperação da Fonte que sita na Praça do Comercio, que data de mil novecentos e trinta e um e que foi um marco histórico para a Vila de Rio Maior, assinalando o momento em que Rio Maior passou a ter água potável, Deixou um bem-haja por essa iniciativa e saudou também a explicação, o enquadramento, e a preocupação da Câmara Municipal com as questões do património, dizendo que também era importante recuperar uma série de edifícios e de património histórico que existe no concelho e que muitos são propriedade da Câmara Municipal de Rio Maior, e

onde esta deve intervir, referindo-se em concreto ao Complexo Mineiro da Mina do Espadanal, e, na sua opinião, Rio Maior nos últimos anos não tem conseguido bons resultados nesse objetivo maior, solicitando ao Executivo que este assunto não caísse no esquecimento.-----

----- Disse ainda que o Vereador Miguel Santos, tinha referido numa reunião de Câmara que o Turismo Industrial não era uma prioridade da Câmara a propósito de uma sugestão que tinha apresentado, nomeadamente a participação num fórum de carácter Nacional do Turismo Industrial. Acrescentou que Rio Maior deveria traçar essa prioridade para recuperar a Mina do Espadanal e investir num projeto de sensibilização na área da Ciência e Turismo Cultural porque isso era Turismo Industrial. Solicitou que a Câmara Municipal refletisse sobre este assunto, porque a imagem e semelhança do bom investimento que tem vindo a fazer na Frente Ribeirinha e na Recuperação da Vila Romana, o próximo passo poderia ser a recuperação da Mina do Espadanal. ----- --

----- Ainda na área do património, referiu que na última reunião de Câmara a Vereadora Vera Simões colocou uma questão pertinente sobre qual o destino do edifício da antiga Rodoviária que a Câmara Municipal adquiriu, referindo que o Presidente da Câmara tinha dito que provavelmente iriam ser ali instalados todos os serviços da área Social da Câmara Municipal. -----

----- Continuou dizendo que a cidade de Lisboa capital do País, durante muitos anos teve o seu âmago no Terreiro do Passo e dizia-se que o País era governado através do terreiro do Passo, porque ali sempre estiveram instalados, Ministérios, Direções Gerais e Serviços Públicos, no entanto, o Presidente da Câmara Pedro Santana Lopes, traçou um caminho para Lisboa que foi retirar os Ministérios e Serviços Públicos e instalou empresas que explorassem serviços Turísticos ao nível da restauração e alojamento Turístico, e nos dias de hoje a Praça do Comércio está repleta de restaurantes, hotéis, bares e museus, e isso significa que se olhou para um espaço nobre da Cidade numa perspetiva de valorização Cultural e Turística. Opinou que em Rio Maior esta zona central da cidade onde estão implantados o Jardim Municipal e o antigo edifício do Tribunal, poderia merecer a mesma análise e por analogia poder-se-ia pensar da mesma forma, que seria privilegiar estes edifícios numa zona nobre da Cidade sendo uma zona altamente visitável e com potencialidade Turística, onde não deveriam ser instalados serviços, mas sim, equipamentos Turísticos e Culturais, para proporcionar a captação de novos públicos e visitantes ao centro da Cidade. Acrescentou que era questionável a decisão de instalar Serviços Públicos que aos fins de semana irão estar encerrados, e um edifício com aquela beleza, e numa zona nobre da Cidade, poderia funcionar ao fim de semana numa valência Turística e Cultural, sugerindo que se poderia valorizar a obra do artista cartoonista António Maia que está com uma carreira

profissional com mais de quarenta anos, com obra publicada, e sendo um artista de Rio Maior, deveria ter um espaço permanente aberto ao público, opinando que o edifício da Rodoviária deveria ter um outro tipo de utilização. -----

----- Disse ainda que a Câmara Municipal deveria intervir numa estratégia de negociação e sensibilização junto do Ministério da Justiça, para que o edifício do Tribunal, onde funcionaram os Registos da Conservatória que estão abandonados em virtude da instalação desses serviços no edifício da Loja do Cidadão, referindo que a Câmara Municipal não deve desistir e deixar degradar o edifício que está no coração da Cidade, para que o mesmo possa ter outra dinâmica. -----

----- Ainda no uso da palavra falou sobre um assunto que se arrasta há muitos anos, nas reuniões de Câmara e nas ideias de diversos Partidos Políticos que o tem identificado nos seus programas, mas nunca o concretizaram, ou seja, o Parque de estacionamento para veículos Pesados em Rio Maior, opinando que continuava a ser necessário, questionando o Executivo sobre o que estava previsto realizar. -----

----- Continuou a sua intervenção reportando-se ao Ordenamento do Território e referiu que durante alguns anos ainda havia zonas de terra batida e mal arranjadas na cidade de Rio Maior, neste momento, existem poucas zonas assim, no entanto, em pleno coração da cidade de Rio Maior, paralelo à Avenida Paulo VI e à Rua do Mercado, nas traseiras dos prédios da Avenida Paulo VI, existe uma zona enorme de terra batida, com um fontenário, utilizada como parque de estacionamento, e, dada a utilização que tem, a Câmara Municipal poderia traçar para aquele espaço um projeto de modernização e requalificação, questionando o Executivo se havia o intuito de recuperar essa zona. ----

----- Falou também sobre a antiga linha do comboio, um assunto que já tinha sido abordado nas reuniões de Câmara, dizendo que seria fantástico que a Câmara Municipal de Rio Maior em parceria com o Município de Santarém, e outros parceiros, como a REFER- Rede Ferroviária Nacional, os proprietários públicos e privados para que fosse traçada uma ecopista que ligasse Santarém ao mar, passando por Rio Maior, pelas Freguesias e Caldas da Rainha, conseguindo-se assim fazer aquilo que em outras zonas do País estão a fazer, nomeadamente Viseu, Dão e zona do Minho, que seria traçar um caminho de valorização do Desporto e do Turismo de Aventura através de uma ciclovia, porque existem muitos Riomaiorenses que andam de bicicleta e que utilizam o BTT (bicicleta todo-o-terreno) . -----

----- Continuou dizendo que havia um programa de “Cycling” a nível Nacional que o Turismo de Portugal e o IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude), vão gerindo que permite a instalação de centros de “Cycling” e centros de BTT, e Rio Maior que já dispõem do Parque de Caravanismo, porque não pensar num centro de “Cycling” e BTT, numa estratégia de valorização do ciclismo de lazer e através dessa ciclovia

fazer a ligação Rio Maior/Santarém. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que no dia seguinte se iria assinalar o octogésimo oitavo aniversário do nascimento do Poeta Ruy Belo, referindo que também iria haver uma Assembleia Municipal presencial, aproveitando para dizer que não percebia o porquê de as Assembleias Municipais serem presenciais e as reuniões de Câmara serem “online”. Opinou que deveria existir uma uniformização das reuniões ou seja seriam todas presenciais ou todas “online”. Continuou dizendo que se estavam a viver tempos felizes e promissores na estratégia de valorização da obra do Poeta, com a recuperação da casa e também com o prémio que, entretanto, foi relançado, deixando um bem-haja a todos os que estavam a trabalhar nesse sentido para se poder homenagear de forma direta ou indireta a obra do Poeta Ruy Belo. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção para falar sobre o programa PRID, (Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas), dizendo que era com muita satisfação que partilhava que a Câmara Municipal de Rio Maior juntamente com a Junta de Freguesia de São João da Ribeira e a ASFIC (Associação Físico Cultural da Ribeira de São João), tiveram a capacidade de desenvolver dentro dos prazos o projeto que permitirá candidatar a reabilitação do pavilhão da Ribeira de São João, prestando um agradecimento à área do Desporto e à área do Urbanismo da Câmara Municipal, que fizeram um grande esforço para se conseguir candidatar este projeto. -----

----- Continuou dirigindo um agradecimento à Vereadora Vera Simões, pelo facto de se ter disponibilizado para prestar toda ajuda necessária para a concretização deste projeto. -----

----- Respondendo diretamente ao Vereador Daniel Pinto, disse que de facto não era prioridade o Turismo Industrial, porque ainda existe um longo caminho para amadurecer a estratégia que se tem vindo a desenvolver, e, sendo ainda uma estratégia jovem, já existem alguns resultados, acrescentando que também apoiava as sugestões do Vereador Daniel Pinto, dizendo que a Câmara Municipal tinha participado no último “WebWinner”, e que se está a ponderar juntar a atual estratégia ao Turismo Industrial de uma forma faseada. Disse ainda que já se encontravam a trabalhar essa área com as empresas do concelho de Rio Maior que reúnam as características para se poder potenciar o Turismo Industrial. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que o Vereador Daniel Pinto tinha dado algumas sugestões que considerava muito validas, no entanto, outras poderiam ter sido feitas

pelos Executivos anteriores, nomeadamente as obras do complexo da Mina do Espadanal, opinando ser uma obra que deverá ser feita quando houver essa oportunidade. -----

----- Disse também que em relação às Empresas houve o “WebWinner”, moderado pelo Presidente da Câmara Municipal que contou também com a participação do representante do IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação, I.P), que deu uma visão positiva e otimista das oportunidades que irão surgir para as empresas que vivem grandes dificuldades, empresas que se encontram praticamente fechadas, nomeadamente os setores da restauração e comércio. -----

----- Continuou dizendo que já tinha sido divulgado o prémio que o IAPMEI atribuiu às PMES Líder, relativo ao ano dois mil e vinte, e Rio Maior teve um crescimento de doze por cento em relação a dois mil e dezanove, ou seja, foram premiadas vinte e oito PMES Líderes e no ano anterior tinham sido vinte cinco, e analisando um conjunto de critérios que têm a ver com a autonomia financeira, com níveis de rentabilidade dos capitais próprios, investimentos e vendas superiores ao ano anterior, acreditava nas Empresas e nos empresários de Rio Maior, acrescentando que a economia Riomaiorense está forte, sem esquecer todos aqueles que vivem grandes dificuldades, que se encontram fechados e esses não podem ter arte e engenho para se superarem em altura de pandemia, no entanto, terão de aproveitar o pós pandemia para se redimensionarem e criarem novas estratégias e assim recuperarem aquilo que perderam. -----

----- Finalizou referindo que estavam para ser divulgados brevemente os prémios PMES Excelência, de entre estes vinte e oito que agora são PMES Líder. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder às questões colocadas e começou por responder à Vereadora Vera Simões, relativamente à evolução da pandemia no Concelho de Rio Maior. Assim informou que a pandemia estava a evoluir de forma favorável, mas que de forma nenhuma se deveriam sossegar. Disse que continuava a apelar no que era possível e com o alcance que o Município tinha nas redes sociais para se chegar a mais pessoas, porque ainda não era altura de baixar a guarda, porque é precisamente esta a fase mais perigosa, porque pode levar a um desleixo e a um suavizar dos comportamentos, por isso era necessário ter uma autodeterminação muito grande para se continuar a cumprir as medidas com rigor. Acrescentou que não eram números assustadores para uma população de vinte e uma mil pessoas, mas na verdade, Rio Maior não está como deveria estar, sempre com mais recuperados do que novos infetados, dado que tem havido dez casos de infetados diários e quatro ou cinco recuperados não é algo gritante, mas ainda assim preocupante, porque estaremos em contraciclo com a esmagadora maioria dos Concelhos. -----

----- Continuou dizendo que numa análise estatística dos casos em Rio Maior, se verificou que a subida foi abrupta, e, portanto, também a descida o deveria ser, dizendo ainda que era uma análise simples da curva, no entanto referiu que estava preocupado com as novas infeções. Disse que a Câmara Municipal tinha feito o seu trabalho e não era fácil encontrar uma justificação única para o que se está a passar, contudo alegrava-se com o facto da esmagadora maioria da população de Rio Maior, cumprir com as regras implementadas. -----

----- Ainda no uso da palavra disse que discordava da opinião do Vereador Daniel Pinto, quando disse que fazia falta informação e sensibilização, dizendo que na sua opinião, não deveria haver em Portugal “vivalma” que não saiba quais os comportamentos corretos a adotar, dizendo que era a sua opinião pessoal, porque há mais de trezentos e sessenta e cinco dias, que todos são “bombardeados” diariamente em todos os suportes quer de papel, digital, rádio e televisão sobre os comportamentos a adotar. --

----- A comunicação à cerca do Covid-19 nunca parou, foi sempre massificada, a sensibilização existe, e quer as Autarquias, quer o Governo com grande reforço e de forma continuada, desde março até aos dias de hoje, que o fazem pois, não pode haver falta de informação, não obstante, continua a haver alguns dissidentes no cumprimento das normas, não por falta de informação, mas sim por determinação errada na forma de estar e de ser quanto à Pandemia. Por conseguinte, disse que era de opinião que a partir de determinada fase, nomeadamente a partir da segunda fase da infeção, deveriam ser endurecidas as medidas fiscalizadoras e coercivas de correção de comportamentos por parte das autoridades. -----

----- Disse que concordava que a informação não podia parar, era um ponto base para não suavizar a preocupação que terá de ser transmitida. -----

----- Respondeu à questão colocada pela Vereadora Vera Simões sobre os maus cheiros no Cidral, dizendo que de momento ainda não lhe tinha chegado essa informação. Disse que era utilizador dos Campos de Padel da DESMOR, e várias vezes tinha sentido os maus cheiros por estar ali na proximidade, referindo que na altura foi transmitido à Guarda Nacional Republicana, que, juntamente com a EPNAZE (Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente em Zonas Específicas) que se deslocaram várias vezes ao local tendo sido exigido ao proprietário medidas corretivas. Disse ainda que iria informar de novo a EPNAZE, para que possam agir e disponibilizou também os serviços da Câmara Municipal para fazer que tudo o que seja possível dentro das competências, e assim ajudar a corrigir. -----

----- Quanto à derrocada do Pavilhão da Freiria disse que era um problema identificado e que iria ser desenvolvido um projeto por parte da Câmara para a sua correção. -----

----- Informou que o pavilhão pertencia à Associação da Freiria comodatado com a

Câmara Municipal tendo sido cedido à Associação “Rio Spin” de Ténis de mesa para ali poder desenvolver a sua atividade. -----

----- Disse que o problema do pavilhão vem desde a sua construção, ou seja, o pavilhão foi construído e posteriormente foram-lhe encostadas terras a tardoz provocando um peso excessivo na infraestrutura para o qual não estava preparado e os serviços camarários aperceberam-se dessa questão nas inspeções regulares que fazem aos edifícios públicos, tendo interditado o pavilhão com uma larga margem de segurança de proximidade aquela parede, e foi dado logo instruções para que fosse desenvolvido um projeto no sentido de construir um muro de suporte de terras, que seria, em termos de obra, muito mais difícil do que será agora, pelas piores razões, porque agora não estando lá a parede e as terras a intervenção em termos de construção civil, será bastante mais simples. Finalizou este assunto referido que os serviços da Câmara previram e agiram em conformidade e segurança, e por isso não houve nenhum acidente grave no local. -----

----- Respondeu ao Vereador Daniel Pinto, sobre a questão da Mina do Espadanal, dizendo que também gostaria de ver aquele património recuperado e ainda que a intervenção do Vereador Miguel Santos na última reunião de Câmara possa ter sido demasiado direta, disse que concordava inteiramente, ou seja, quando o Vereador Miguel disse que não era prioridade deve-se ao facto de estarem definidas outras e a ação do Município não está parada e a recuperação do complexo mineiro a cair, estando a Câmara a definir caminhos para melhorar a oferta e potenciar o Turismo Natureza como os “Caminhos de Fátima”. Está também a terminar um projeto de implementação de “Leitores de Paisagem” nos monumentos visitáveis do Concelho, acrescentando que o Turismo está a trabalhar bem, a crescer todos os dias, apesar de existir o problema dos recursos serem “finitos”, e não permitir entrar já neste património, a Mina do Espadanal é uma vontade muito grande de todo o Executivo Municipal com ou sem pelouros, é uma vontade deste grupo de trabalho, no entanto, envolve condições e necessidades que atualmente ainda não se verificam, mas vão continuar a trabalhar. --

----- Disse também que o Vereador Daniel Pinto tinha utilizado uma expressão “parece-me que nos últimos dez anos não se fez nada na Mina do Espadanal”, disse que efetivamente o que se tinha feito foi apenas proteger aquele espaço, contudo disse que iria mais longe, e diria “que nos últimos trinta anos não se fez nada na Mina do Espadanal”, mas também iria faltar à verdade, porque, efetivamente, nos últimos trinta anos fizeram-se “coisas” na Mina do Espadanal, dando como exemplo a destruição de edifícios da Mina para instalar ali o Estaleiro Municipal, assim como demolições de paredes que descaracterizaram o imóvel e nas salas onde ainda existia algum equipamento da fábrica estas foram utilizadas como armazém. -----

----- Concluiu dizendo que este não era um problema deste Executivo mas sim um problema com muitos anos. Disse também a “EICEL 1920”, repôs algumas das condições originais das salas que tinham sido alteradas para funcionarem como armazém e estaleiro, e que este era um trabalho em crescimento. Disse ainda que se lhe perguntassem se era vontade deste Executivo recuperar a Mina e oferecê-la aos Riomaioreses e a quem visita o Concelho, responderia o “quanto antes” e assim que exista essa possibilidade é uma vontade de todos. -----

----- Quanto ao antigo edifício do Tribunal, nomeadamente a parte onde funcionava a Conservatória dos Registos, informou que iria haver uma reunião com o administrador Judiciário do Tribunal de Santarém que faz a gestão daquele espaço. Disse também que a Câmara Municipal tinha uma boa relação com o Tribunal de Santarém e sempre que era necessário utilizar o espaço tem havido sempre abertura para o fazer, referindo ainda que já há muitos anos que a Câmara colaborava com o Tribunal, na manutenção e ajudas para a gestão daquele espaço. -----

----- Referiu que a intenção da Câmara era ficar com a sua gestão e poder desenvolver ali atividades, para que num espaço tão nobre como o jardim possa haver mais oferta para que as pessoas possam ali permanecer e ter mais qualidade de vida. -----

----- Relativamente ao edifício da Rodoviária, disse que eram opiniões e escolhas e que o edifício reunia a admiração de todos, devido à sua historia e porque serviu a população Riomaioense durante muito tempo e deve ser respeitado nesse sentido. -----

----- Quanto ao Parque para veículos Pesados, respondeu ao Vereador Daniel Pinto, dizendo que não acreditava que aprovasse alterações orçamentais sem as conhecer, porque na ultima alteração orçamental que se fez e que irá agora à Assembleia Municipal, estão quatrocentos e setenta e sete mil euros, reservados para a construção do Parque de Pesados, dizendo que já havia um projeto antigo que foi agora melhorado com pequenos ajustes. Disse também que se sentia envaidecido com este Projeto do Parque de Pesados, porque envaidece Rio Maior e está pensado para ser modelar, referindo que no imediato o que se pretende é oferecer um local seguro para estacionamento de viaturas pesadas, para que os motoristas possam deixar a sua viatura ligeira, com oferta de balneários e um segurança, não obstante, o Parque de Pesados também está pensado de forma modelar para que numa segunda e terceira fase, caso a utilização do mesmo justifique, possa ser desenvolvida uma área de abastecimento e uma pequena unidade hoteleira, com dormidas relativamente económicas, Disse que conheciam a necessidade do Parque de Pesados que irá funcionar como solução não só para estacionar os veículos pesados, mas também, para os tirar do meio da Cidade. -----

----- Sobre a zona de terra batida onde existe o “Fontenário das quatro frentes”, junto à

Empresa Riopeneus, e todos os terrenos que medeiam entre os prédios azuis e brancos na Avenida Paulo VI e a tardoz dos mesmos pertencem ao Município, por conseguinte, está a ser desenvolvido um projeto em que se pretende fazer a ligação desde o Jardim Eugénia Lima, até às traseiras dos prédios, englobando o estacionamento onde está o “Fontenário das quatro frentes”, sendo o objetivo fazer uma construção mista, de estacionamento e espaço verde, no sentido de ser uma área utilizável, referiu que a Câmara estava atenta a esta situação e brevemente seria apresentado o referido projeto. -----

----- Relativamente à eco-pista, voltou a dizer, que já tinha sido feita uma proposta à Câmara Municipal de Santarém há bastante tempo e que existe um estudo prévio para esta eco-pista, assunto também já falado com as Infraestruturas de Portugal, que é detentora de toda esta área. Disse também que existe alguma utilização abusiva de áreas da antiga linha de caminhos de ferros e tudo isso está a ser resolvido. Acrescentou que no Plano da CIME (Cadastro e Inventário dos Móveis do Estado), Rio Maior e Santarém fizeram pressão no sentido de ser incluído este projeto, sendo uma conversação que não tem parado. -----

----- Continuou dizendo que se juntava ao Vereador Daniel Pinto na invocação a Ruy Belo, referindo que faz oitenta e oito anos que o Poeta nasceu e irá haver também Assembleia Municipal e feita uma invocação para assinalar a data de nascimento do Poeta. Durante o dia será também divulgado nas redes sociais algum material construído pelas crianças dos estabelecimentos de Ensino, assinalando o nascimento do Poeta, dando especial ênfase ao novo projeto de Ruy Belo que a Câmara Municipal desenvolveu. -----

----- Quanto ao PRID, reiterou os agradecimentos feitos pelo Vereador Miguel Santos à Vereadora Vera Simões, referindo que se possa ter muitíssimo carinho por este projeto, que a todos diz muito, assim como toda aquela zona, por isso, agradeceu a abertura que sempre teve para tratar este assunto, facilitando a comunicação e dentro daquilo que lhe for possível, espera e sabe que vai fazer o possível para que Rio Maior cumpra o máximo de requisitos e assim possa ter o maior apoio.-----

----- Sobre a intervenção do Vice-Presidente, disse que a Câmara Municipal estava a parabenizar as Empresas que foram distinguidas com o PME Lider, referindo também que o Executivo tem acompanhado o tecido Empresarial com alguma proximidade, na ausência de estruturas que deveriam fazer esse trabalho em Rio Maior, por isso tem havido necessidade de substituir estruturas que deveriam fazer o acompanhamento aos Empresários, sendo a Câmara Municipal a principal líder dessa conversa e troca de opiniões e informações e assim vai seguindo uma relação próxima com os Empresários onde o CNIRM (Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior) tem sido ponto âncora. -

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que no seguimento da intervenção do Presidente da Câmara e sobre a questão referida pelo Vereador Daniel Pinto sobre a ciclovia, que estava em conversações na CIM (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), projeto no qual inicialmente só estavam envolvidas Rio Maior e Santarém, tendo-se entretanto agregado mais uma serie de concelhos, recordando que o Presidente da Câmara referira numa reunião de Câmara, que tanto quiseram que comprometeram o projeto, porque o orçamento não “estica”. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que o objetivo inicial era ligar Rio Maior a Santarém, algo que lhe parecia realizável. No entanto transformou-se na ligação de Coruche, Almeirim, Santarém e Santarém, Rio Maior, daí o projeto ainda não ter avançado, no entanto as Câmaras Municipais de Rio Maior e de Santarém continuam a lutar pela sua concretização. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para agradecer as respostas dadas, dizendo que era saudável poderem trocar opiniões desta forma, questionando o Executivo sobre o local onde irá ser construído o Parque de Pesados. -----

----- Aina sobre o Complexo Mineiro, disse que, de uma vez por todas, se deveria passar das palavras aos atos e os atos têm de ter um princípio, e, considerando que vem uma estratégia para Portugal dois mil e vinte/dois mil e trinta, com muito dinheiro para Portugal, entendia que nessa altura, a Câmara Municipal, tem de estar preparada para justificar, ao nível da Administração Central, a pertinência do investimento na recuperação da Mina do Espadanal, e o primeiro passo para que isso possa acontecer será a classificação do imóvel que terá assim muito mais acreditação juntos das diversas entidades. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio novamente para informar que o local para a construção do Parque de Pesados está projetado para ser contíguo ao nó da A15, num terreno que pertence ao Município. -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES**-----

----- Interveio para agradecer as palavras que o Presidente da Câmara e o Vereador Miguel Santos lhe tinham dirigido. -----

----- Disse também que na última reunião de Câmara o Vereador Miguel Santos lhe tinha transmitido que para fazer as candidaturas ao PRID, era necessário reunir uma série de documentos e desencadear um conjunto de procedimentos, sendo que o prazo

dado pelo IPDJ, poderia condicionar as candidaturas, no entanto, informou que esse prazo já foi alargado. -----

----- Terminou agradecendo o contributo dado pelo Vereador, que se aplica não só a Rio Maior, mas também a todas as candidaturas em Portugal. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que era salutar estas discussões abertas que tem existido nas reuniões de Câmara, no entanto, tornam as reuniões de alguma forma “sui generis” e nem sempre pelo melhor motivo. Disse que não tinha tirado a palavra a ninguém, nem nunca pretendia fazê-lo, mais importava que, doravante, os Vereadores fizessem um esforço para ajudarem a que as reuniões de Câmara corram com regras que todos definem e acreditam. -----

----- Disse que existia um Regimento que na sua opinião, era manifestamente infeliz, no sentido de não permitir a discussão, a conversa e a intervenção, não obstante o que acontece é precisamente o oposto, porque existe um à-vontade tal, que torna muitas vezes morosa demais a discussão e pouco produtiva. Assim, solicitou aos Vereadores que na preparação das suas intervenções tivessem em conta esta questão e não pedindo reintervenções. Disse que o Regimento defende métodos em que isso é possível, obviamente, um pequeno esclarecimento que surja após a intervenção do Presidente da Câmara, isso lhe parecia-lhe lógico, que após um dado novo que surja, solicitarem esclarecimentos sobre o mesmo. -----

----- Terminou a intervenção solicitando aos Vereadores que ajudassem no sentido de tornar as Reuniões de Câmara mais céleres. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 10/2021 - TRANSPORTES ESCOLARES – SERVIÇO DE TÁXI ANO LETIVO 2020/2021 – RECOMEÇO DA EXECUÇÃO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 10/2021, de 11 de fevereiro, pelo qual se determinou o recomeço parcial do contrato N.º 58/2020/PS, referente ao Lote 4, ao abrigo do artigo 298º do Código dos Contratos Públicos, e a notificação, por escrito, do cocontratante para o efeito, mantendo-se os restantes lotes suspensos conforme determinado no Despacho nº 9/2021, de 5 de fevereiro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 11/2021 - REABILITAÇÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS INTEGRADAS DO CONCELHO PROCESSO N.º 14/2021/CP – NÃO ADJUDICAÇÃO | REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 11/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, no dia 22 de fevereiro corrente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual, com os fundamentos constante na informação n.º AS14/2021, emitida na mesma data pelo Serviço de Projetos e Fiscalização de Obras Públicas da Unidade de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas, se determinou: -----

----- A não adjudicação da empreitada para Reabilitação das Escolas Básicas Integradas do Concelho, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 79.º do CCP e, conseqüentemente, a revogação da decisão de contratar nos termos do n.º 1 do art. 80.º do CCP. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO II - PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES- REFERENTE A FORNECIMENTO DE ÁGUA** -----

O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar o pagamento da fatura relativa ao processamento de dezembro /2020, no valor total de 359,86€, (trezentos e cinquenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos), em 10 prestações mensais, com início de pagamento em fevereiro de 2021, de acordo com o plano de pagamento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO III - AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO: ANO LETIVO 2020/2021.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência de verba referente a auxílios económicos ao 1º ciclo, ao Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal no valor de 75,60€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IV - PROTOCOLO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE |ADENDA.**

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação e no âmbito das atribuições e competências do Município nestas matérias, prevista na alínea v) do nº1 do art.33º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, aprovar a Adenda ao Protocolo com a Associação Dignidade para implementação do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento e ainda atualizar a designação das Técnicas afetas à operacionalização do referido protocolo, em cumprimento do proposto na 3.ª cláusula do referido protocolo, nomeadamente: a Técnica Superior Catarina Bernardino e a Técnica Superior Andreia Martins.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar que o referido Protocolo foi celebrado na altura em que a Câmara Municipal assume o custo de dois euros e meio por vacina da Gripe, ministrada numa altura em que a Pandemia flagelava demasiado a sociedade, havendo por isso a necessidade de suavizar o número de pessoas nos serviços de Saúde. A partir deste Protocolo surgem mais serviços que a Câmara Municipal pode ajudar a prestar e daí nascer também esta colaboração. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para reforçar que o que vem a esta Reunião de Câmara é a participação que a Dignidade também presta no apoio às famílias com carências económicas para aquisição de medicamentos, e pretende-se tornar o processo administrativamente mais favorável, porque era muito complicado e denso. Disse ainda que, esta adenda vem permitir que para além de serem só os rendimentos tidos em conta sejam também as despesas familiares, acabando por proteger mais o utente que possa precisar deste serviço, permitindo assim que mais famílias possam aceder a este benefício. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - ALTERAÇÃO DE MAPA FINANCEIRO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA |2021 | CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS | FREGUESIA DE ASSEICEIRA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a alteração do mapa financeiro no que respeita à distribuição dos valores atribuídos à Junta de Freguesia de Asseiceira, referente à transferência dos recursos financeiros no âmbito da delegação de competências para as freguesias no ano de 2021, mantendo-se o valor total das transferências para as freguesias de € 400 717,77 (quatrocentos mil, setecentos e dezassete euros e setenta e sete cêntimos), assim como o valor total a

transferir para a Freguesia de Asseiceira, no total de 32 500,00€ (trinta e dois mil e quinhentos euros).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para explicar que a Câmara Municipal conseguiu atribuir as verbas às Freguesias com rácios e medições reais. Este processo foi feito no ano que passou, havendo uma contabilização rigorosa do que são áreas de vias e espaços verdes e para tudo isto foi feita uma contabilidade de custos, para se perceber, mediante as escolhas da Câmara, e assim apurar que verba afetar às Freguesias, para que essa verba fosse distribuída com critérios objetivos. -----

----- Continuou dizendo que uma vez que os acordo de execução, uma figura que deixou de existir porque as competências foram transferidas para as Juntas de Freguesia, e quanto a isso está resolvido, porque são verbas que saem do Orçamento da Câmara e passa da DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), diretamente para as Juntas de Freguesia, portanto a Câmara nada tem a ver com essa competência. ----

----- Quanto aos Contratos Administrativos mantêm-se, e nesse sentido, existe uma negociação permanente com as Juntas de Freguesia, no entanto, definida a verba que é para cada Junta de Freguesia, a sua afetação é feita de acordo com as prioridades de intervenção, naquele ano, definidas pela Junta de Freguesia. -----

----- No entanto, e, nesta questão em particular, a Junta de Freguesia de Asseiceira, ao contrario do que estava inicialmente previsto, teve necessidade de alterar os valores respeitante a duas competências, nomeadamente, na gestão e manutenção e conservação de edifícios Municipais, onde foram retirados valores para atribuir à rubrica requalificação do meio rural, ou seja, o valor total mantem-se, apenas foram alterados valores nas rubricas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

-----**PONTO VI - REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CASA POETA RUY BELO APROVAÇÃO DO RELATÓRIO PROJETO DE DECISÃO | APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PROC. N.º 123/2020/CP** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o Relatório Projeto de decisão, emitido pelo Júri do Procedimento em 15 de fevereiro de 2021, em cumprimento do disposto no art. 148.º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente , adjudicar a referida empreitada ao concorrente Solmaior, Lda., pelo montante de € 367.028,94 (trezentos e sessenta e sete mil e vinte oito euros e noventa e quatro cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Que os termos do n.º 2 do art igo 77.º do CCP, o adjudicatário seja notificado para:

----- a) No prazo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação apresentar os documentos de habilitação, fixados no artigo 26.º do Programa de procedimento; ---

----- b) No prazo de 10 dias a contar da data da notificação da adjudicação: -----

----- i. Prestar uma caução no montante de € 18 351,45 (dezoito mil trezentos e cinquenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos), referente a 5% do valor total da adjudicação;-----

----- ii. Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada; -----

----- A aprovação da minuta do contrato nos termos propostos. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para fazer um comentário de satisfação e de elogio, porque esta era a melhor forma de homenagear a obra do Poética Ruy Belo, dizendo que se sentia muito feliz, e, como dizia o Presidente da Câmara, de que era um defensor estóico da obra do Poeta, dizendo que este era o caminho correto que se tem procurado nos últimos anos, defender essa ideia, ideias em que acredita e que são boas para o desenvolvimento cultural, económico e social de Rio Maior, e, este é um investimento que caminha nesse sentido. -----

----- Disse que este investimento pode ser incompreendido, como quando foi noticiado que a Câmara Municipal iria fazer este investimento, em que surgiram alguns comentários menos bons nas redes sociais, e, sempre que se investe na cultura, existem pessoas que não compreendem o alcance e impacto desses investimentos, por isso, compete à Câmara Municipal criar uma boa estratégia de demonstração e evidência que este é um bom projeto cultural que irá suscitar novos públicos, captando visitantes e turistas para Rio Maior. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO VII - CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO BAR SITO NA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE RIO MAIOR | ANULAÇÃO DE FATURA.**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face aos pareceres emitidos, ao abrigo do artigo 48.º da Norma de Controlo Interno, autorizar a anulação da fatura n.º 018/8, de 01/02/2021, no valor de 172,83 €, relativa ao pagamento da renda do mês de fevereiro de 2021, bem como a restituição do valor de 172,83 €, relativa à renda do mês de janeiro de 2021 (fatura/recibo n.º 018/107, de 30/12/2020), considerando que a mesma foi paga no dia 08/01/2021. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA VILLA ROMANA |CONTA FINAL** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a Conta Final da Empreitada de Requalificação da Villa Romana, no valor total de € 686 831,99, (seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e um euros e noventa nove cêntimos).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IX – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR – DECO | RENOVAÇÃO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida, autorizar a renovação do Protocolo de Cooperação com a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO, no valor de 1.000,00€, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, para o período de 15 de março de 2021 a 14 de março de 2022. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO X - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS INTEGRADAS DO CONCELHO – LOTE 1: E.B.I. MARINHAS DO SAL; LOTE 2: E.B.I. FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA – PROCESSO N.º 30/2021/CP** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pelo Serviço de Projetos e Fiscalização de Obras Públicas e respetivo parecer do Senhor Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas: -----

----- Aprovar a abertura de procedimento de concurso público ao abrigo da alínea b) do art. 19.º do Códigos dos Contratos Públicos (CCP), para realização da empreitada de Reabilitação das Escolas Básicas Integradas do Concelho – Lote 1: EBI. Marinhas do Sal; Lote 2: EBI Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 1 688 552,29 (um milhão seiscentos e oitenta e oito mil quinhentos e cinquenta e dois euros e vinte e nove cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, dividido pelos seguintes lotes: Lote 1 – EBI Marinhas do Sal, pelo preço base de € 700 873,64 (setecentos mil oitocentos e setenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; Lote 2 – EBI Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

de € 987 678,65 (novecentos e oitenta e sete mil seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor: -----

----- Designar, nos termos do n.º do art. 67.º do CCP, como membros do Júri do procedimento: -----

-----Presidente: -----

----- Ricardo Rosário, Chefe de Divisão da UOPEI:-----

----- Vogais: -----

----- Alvaro Samora, Técnico Superior; -----

----- João Paulo Batista, Técnico Superior: -----

----- Suplentes: -----

----- Rute Lucas, Técnica Superior; -----

----- Ana Carreira, Assistente Técnica; -----

----- Delegar no Júri do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69.º, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do art. 50.º, ambos do CCP, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento;-----

----- Aprovação das peças do procedimento, incluindo a minuta do anúncio, nos termos do n.º 2 do art. 40.º do CCP;-----

----- Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, designar o Técnico Superior, Álvaro Samora, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO XI - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO E ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO – VALE DO FORNO, BAIRRADAS - FREGUESIA DE RIO MAIOR -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base parecer com o registo n.º 3641 de 22/02/2021, e informação com o registo n.º 14462, de 30/10/2020, e de acordo com o requerido, certificar que, a infraestrutura viária denominada por Travessa Dona Maria do Nascimento e Costa – Bairrada – Rio Maior, que atravessa o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 52 da secção Z da freguesia de Rio Maior, integra o domínio público e ocupou uma área de 254,00m2 ao prédio identificado-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Quando eram onze horas e trinta e dois minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____